



**PROCESSO Nº : 23.783-3/2018 (AUTOS DIGITAIS)**  
**ASSUNTO : REEXAME DE TESE PREJULGADA**  
**INTERESSADO : EMANUEL PINHEIRO – PREFEITO DE CUIABÁ**  
**UNIDADE : FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE CUIABÁ**  
**RELATOR : CONSELHEIRO LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA**

### **PARECER Nº 3.101/2018**

EMENTA: REEXAME DE TESE PREJULGADA. FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE CUIABÁ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DA CONSULTA FORMULADA DIANTE DA FALTA DE REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.

## **1. RELATÓRIO**

1. Tratam os autos de pedido de Reexame de Tese apresentado pelo Senhor Emanuel Pinheiro, Prefeito de Cuiabá, das Resoluções de Consulta (RC) nº 48/2010 e 7/2017, que dispõem sobre as funções de magistério legitimadas à concessão de aposentadoria especial, nos seguintes termos:

(...) vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 237 do Regimento Interno deste Sodalício, após breve contexto fático solicitar o reexame das teses prejudgadas nas consultas nº 48/2010 e 07/2017 (...)

2. As referidas teses prejudgadas vigem com o seguinte conteúdo normativo:

**Resolução de Consulta nº 48/2010 (DOE, 10/06/2010). Educação. Ensino básico. Magistério público da educação básica. Definição de funções de magistério para efeito de aposentadoria especial. Lei nº 11.301/2006.**

1. Para efeitos da Lei nº 11.301/2006 e levando em consideração a interpretação proferida pelo STF na ADI 3772, são funções de magistério, para fins de concessão de aposentadoria especial, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, desde que os cargos sejam exercidos por professores.

2. Cabe à legislação municipal dispor sobre os cargos e funções de magistério do município com a definição das funções de coordenação e





assessoramento pedagógico, sem prejuízo da necessária observância da Lei nº 11.301/06, coma interpretação dada pelo STF na ADI 3772, que exige, para efeito de aposentadoria especial, que os cargos sejam exercidos por servidores com ingresso inicial na carreira de professor.

3. A concessão de aposentadoria aos servidores municipais da educação deve seguir as regras gerais estipuladas pelo art. 40, da Constituição Federal.

***Resolução de Consulta nº 7/2017 –TP (DOC, 16/05/2017). Previdência. Benefício. Aposentadoria especial. Funções de magistério.***

1. Não é possível a contagem de tempo de efetivo exercício em funções de magistério, para fins de aposentadoria especial, exercido em cargo/função cuja nomenclatura não coincida, necessariamente, com a de “coordenador pedagógico” ou a de “assessor pedagógico”, cabendo, para fins de aposentadoria especial, à lei municipal fixar suas atribuições, de modo que estas estejam vinculadas a atividades de coordenação e assessoramento pedagógico, e desde que sejam exercidas em estabelecimentos do ensino básico e por professores de carreira. Entretanto, esta possibilidade só pode ter efeitos a partir da publicação da lei local, não podendo o ato legal retroagir para alcançar serviços pretéritos, posto que a lei que rege o tempo de serviço é aquela vigente à época do labor, consoante entendimento pacífico do STJ.

2. O exercício de cargo ou função de coordenação e assessoramento pedagógico sem lei que fixe suas respectivas atribuições configura a situação de desvio de função, razão pela qual não se legitima a contagem de tempo de efetivo exercício em função de magistério, para fins de aposentadoria especial.

3. Por meio do Parecer nº 46/2018, a Consultoria Técnica manifestou-se pelo **arquivamento** do feito, em razão da inobservância do requisito de admissibilidade exigido na formulação da consulta, previsto no art. 237, § 2º, do RITCE/MT, haja vista que a consulta necessita de apresentação de fundamentação técnico jurídica que justifique o reexame das matérias em questão.

4. Vieram os autos para análise ministerial. É o sucinto relatório.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

5. A consulta consiste no mecanismo (decorrente da função consultiva das Cortes de Contas) posto à disposição dos jurisdicionados legalmente legitimados, por





meio do qual o respectivo Tribunal de Contas responde a dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência. Outrossim, ao tempo em que possibilita a uniformização da interpretação de lei ou questão formulada em tese, garante maior segurança jurídica aos gestores e aos jurisdicionados em geral.

6. Assim, cuida-se de um procedimento de extrema importância, porquanto a decisão tomada por maioria de votos do Tribunal Pleno, em sede de consulta, tem força normativa, constituindo prejulgamento de tese de modo a vincular a apreciação dos demais feitos sobre a mesma matéria, conforme estabelece o art. 50 do diploma legal referido anteriormente.

7. No caso em análise, embora o Sr. Emanuel Pinheiro, Prefeito de Cuiabá, seja parte legítima para propor pedido de reexame de tese prejulgada por este Tribunal de Contas, denota-se que esta **não contém fundamentação técnico-jurídica necessária**, posto que o interessado não trouxe fatos novos ou inovações legislativas ou jurisprudências que comprovem ou invalidem as decisões plenárias.

8. Ademais, verifica-se que o pedido formulado revela a nítida intenção em obter um respaldo prévio ou assessoramento jurídico deste Tribunal de Contas acerca da possibilidade de reconhecer administrativamente o cargo de supervisor escolar como função de magistério.

9. Em relação ao art. 232, inciso III, deve conter apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares, até para possibilitar a adequada pesquisa jurisprudencial e doutrinária por parte da equipe técnica e deste órgão ministerial, o que não se verifica no caso em tela.

10. Pelo exposto, conclui-se que o presente pedido de reexame não preenche





todos os requisitos de admissibilidade, conforme preconiza o art. 237 RITCE.

11. Nesse sentido, o Ministério Público de Contas, manifesta-se pela negativa de conhecimento desta proposta de Reexame de Tese Prejulgada, e posterior arquivamento dos autos.

12. Relevante acrescentar que o arquivamento do presente feito, não impede que o interessado, requeira, em momento futuro, por escrito e de forma fundamentada a revisão da tese.

### 3. CONCLUSÃO

13. Desta feita, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, ratificando *in totum* o entendimento exposto pelos *experts* da Consultoria Técnica dessa Corte de Contas, manifesta:

a) pelo **não conhecimento** da consulta marginada, haja vista que não restam preenchidos os pressupostos de admissibilidade previstos no artigo 237 do RITCE;

b) pelo **arquivamento** dos autos, nos termos do artigo 232, §2º do RITCE.

**Ministério Público de Contas**, Cuiabá, em 09 de agosto de 2018.

(assinatura digital)<sup>1</sup>  
**GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO**  
Procurador-geral de Contas

<sup>1</sup> Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

